

## ANEXO II

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

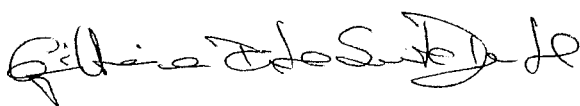
1 — Guilhermina Rita Serrinha Duarte, titular do CC 07311373, residente na Rua Estevão Luiz Velho, nº 21, 3º esq.º, 7520-313-SINES, na qualidade de adjudicatária no procedimento nº 1140/ADRG/2016 – Aquisição de serviços na modalidade de tarefa para o serviço onde está afeta a CPCJ, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;
- d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
- e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada (28) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Sines, 31 de Outubro de 2016





Praca da Republica  
2900-567 SETUBAL

## DECLARAÇÃO

**Nome da entidade contribuinte:** GUILHERMINA RITA SERRINHA DUARTE

**Firma/denominação:**

**Número de Identificação de Segurança Social:** 11131788093

**Número de Identificação Fiscal:** 176927999

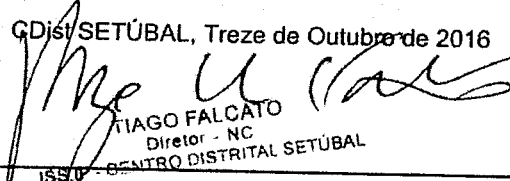
**Número de Declaração:** 14315741

**Data de emissão:** 13-10-2016

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatro** meses, a partir da data de emissão.

GDIST SETÚBAL, Treze de Outubro de 2016

  
TIAGO FALCATO  
Diretor - NC  
ISSM - CENTRO DISTRITAL SETÚBAL  
(cargo, assinatura e nome do declarante sob selo branco)

Desta declaração podem ser obtidas fotocópias que são suficientes para a instrução de processos administrativos gratuitos (artigo 32º do D.L. n.º 135/99, de 22 de Abril, na redacção dada pelo D.L. n.º 29/2000, de 13 de Março).

Mod. GC 1-DGSS

## CERTIDÃO

Honório das Dores Rodrigues Alves, Chefe do Serviço de Finanças de SINES.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático de gestão e controlo de processos de execução fiscal, que GUILHERMINA RITA SERRINHA DUARTE, NIF 176927999, tem a sua situação tributária regularizada, uma vez que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos, prestações tributárias ou acréscimos legais.

A presente certidão é válida por três meses, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 24º do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão em 24 de Outubro de 2016.

O Chefe de Finanças



(Honório das Dores Rodrigues Alves)

**Elementos para validação**

Nº Contribuinte: 176927999

Cód. Validação: 4XY2DB34NBHV



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CERTIFICADO DE REGISTO CRIMINAL  
(CERTIFICATE OF CRIMINAL RECORD)COMARCA DE SETÚBAL - SANTIAGO CACÉM -  
UNIDADE CENTRAL

NOME (NAME): GUILHERMINA RITA SERRINHA DUARTE

NATURAL DA FREG. (PLACE OF BIRTH): TORRÃO

CONCELHO DE (TOWN OF BIRTH): ALCÁCER DO SAL

DATA DE NASCIMENTO (DATE OF BIRTH): 1964/05/17

NACIONALIDADE (NATIONALITY): PORTUGUESA

Nº BI (IDENTITY CARD NUMBER): 07311373

CERTIFICADO REQUERIDO POR (REQUESTED BY):

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (APPLICANT IDENTIFICATION DOCUMENT):

Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (APPLICANT IDENTIFICATION DOCUMENT NUMBER):

FIM A QUE SE DESTINA (REQUEST PURPOSE): PROFISSÃO/ATIVIDADE SEM LEI ESPECIAL - LEI 37/2015

ENVOLVE CONTACTO REGULAR COM MENORES (LEI Nº 113/2009) (ACTIVITY INVOLVING REGULAR CONTACTS WITH CHILDREN)

ESPECIFICAÇÃO DA FUNÇÃO (JOB SPECIFICATION): ADMINISTRATIVA \* CPCJ SINES

\*\*\*\*\*  
\*  
\* NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA ACIMA IDENTIFICADA \*  
\* (NO CONVICTIONS) \*  
\*  
\*\*\*\*\*

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO E ACESSO  
(AUTHENTICATION AND ACCESS CODE)  
1b5b-c891-97a8-cdf28 (1)

DATA DE EMISSÃO (DATE OF ISSUE): 2016/10/21



VÁLIDO ATÉ (VALID UNTIL): 2017/01/21

PAG. (PAGE): 1/1

(1) Nos termos do artigo 15º da Dec-Lei nº 171/2015, de 25/8, este código de acesso permite: 1. A obtenção do certificado em <https://registocriminal.justica.gov.pt> e a sua utilização por mais do que uma vez, para a finalidade nele indicada; 2. A respetiva cedência pelo requerente a entidade pública para o mesmo efeito; 3. A comprovação da fidedignidade da informação. (This access code allows obtaining the certificate in <https://registocriminal.justica.gov.pt> and its use more than one time for the referred purpose, as well as verify the reliability of the information.)

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO APENAS PARA O FIM ACIMA MENCIONADO  
(THIS CERTIFICATE IS VALID JUST FOR THE ABOVE-MENTIONED PURPOSE)

**FRANCISCO MANUEL MARTINS BAPTISTA**  
AV GEN HUMBERTO DELGADO 30 A  
7520-104 SINES  
Telefone: 269633300

 [www.libertyseguros.pt](http://www.libertyseguros.pt) | [geral@libertyseguros.pt](mailto:geral@libertyseguros.pt)  
 808 243 000 | (+351) 213 124 300  
Atendimento Personalizado: 9-17h (dias úteis)  
Atendimento Permanente: 24h/24

**GUILHERMINA RITA SERRINHA DUARTE**  
R ESTEVAO LIZ VELHO 21 3 ESQ

7520-313 SINES

Apólice n.º: 69/173306

### Condições Particulares e Especiais da sua Apólice de Seguro

Apólice n.º 069/00173306/000 P.FIXO-TRAB.INDEPENDENTES 690  
Entidade emissora EVORA  
PC JOAQUIM ANTONIO AGUIAR 23

7000-510 ÉVORA  
Agente/corretor 307020761 FRANCISCO MANUEL MARTINS BAPTISTA  
Duração da apólice e Início: 02.11.2016 Dt. Termo: 1 ano e seguintes  
forma de pagamento Vencimento: 02.11 Forma de pagamento: MENSAL  
Prémio comercial 60,00  
Prémio total Euro 75,63

Dados do risco  
Código estatístico 081015  
Natureza dos trab. seguros EMP.ESCRITÓRIO C/SERV.EXTERNOS  
Local do risco EM QUALQUER LOCAL TERRITORIO NACIONAL  
Profissão EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO  
Salário seguro  
Salário Base 530,00 MÊS Salários base mensais por ano 14  
Subsidio Alimen. Subsidios Alimen. mensais por ano  
Outras Remun. Outras Remun. mensais por ano  
Salário integral NÃO CONTRATADA

#### Textos cláusulas

ASSISTENCIA EM CASO DE SINISTRO  
OCORRENDO UM ACIDENTE DE TRABALHO, O TOMADOR DO SEGURO, OU SE POSSÍVEL  
O PRÓPRIO SINISTRADO, DEVERÁ LIGAR PARA A LINHA VERDE 800 505 112  
(CHAMADA GRATUITA) QUE O INFORMARÁ DO PRESTADOR DE SERVIÇO CLÍNICO  
ADEQUADO E LHE INDICARÁ OU DISPONIBILIZARÁ, CASO A SITUAÇÃO ASSIM O  
JUSTIFIQUE O MEIO DE TRANSPORTE.

EM CASO DE ACIDENTE GRAVE, O SINISTRADO DEVERÁ SER TRANSPORTADO DE  
IMEDIATO PARA O HOSPITAL CIVIL MAIS PRÓXIMO, DEVENDO SER TAMBÉM COMU-  
NICADO ATRAVÉS DO MESMO NÚMERO O NOME DO HOSPITAL EM QUE FICOU INTER-  
NADO. O MESMO PROCEDIMENTO DEVERÁ SER EFECTUADO APÓS A RESPECTIVA ALTA  
HOSPITALAR.

RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR FALTA DE PAGAMENTO DO PRÉMIO

O PREMIO OU FRACÇÃO INICIAL É DEVIDO NA DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Exemplar para o Cliente

DEPENDENDO A EFICÁCIA DESTE DO RESPECTIVO PAGAMENTO.  
A FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS OU FRACÇÕES SUBSEQUENTES DETERMINA A  
NÃO RENOVAÇÃO OU RESOLUÇÃO AUTOMÁTICA E IMEDIATA DO CONTRATO, NA  
DATA EM QUE O PAGAMENTO SEJA DEVIDO.

**Informações Importantes**

Por favor confirme se as garantias e os capitais que constam desta Apólice correspondem às garantias e aos capitais que contratou. Se assim não for, ou se necessitar de algum esclarecimento adicional acerca deste contrato de seguro, entre em contacto connosco. Se nada nos disser no prazo de 30 dias, serão estas as garantias e os capitais do seu contrato.

**Local e data de emissão**

ÉVORA A 27 DE OUTUBRO DE 2016

Com os nossos cumprimentos,  
**LIBERTY SEGUROS**

**Assinatura do Cliente**



**José António de Sousa**

*Presidente & Administrador Delegado*

**Entidades de Resolução Alternativa de Litígios**

A Liberty Seguros, S.A. é aderente do CIMPAS – Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem de Seguros, com os seguintes contactos: Morada da Sede: Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 11 - 9.º Esq. - 1050-115 Lisboa; Telefone: (+351) 213 827 700; Fax: (+351) 213 827 708; Email: [geral@cimpas.pt](mailto:geral@cimpas.pt) - Horário de funcionamento: das 9h30m às 17h30m (aberto durante a hora do almoço). Para mais informações, consulte o site do CIMPAS em: <https://www.cimpas.pt>. Em caso de litígio, o consumidor pode recorrer a esta Entidade de Resolução Alternativa de Litígios. Para mais informações, consulte o Portal do Consumidor em [www.consumidor.pt](http://www.consumidor.pt)

Sem prejuízo da possibilidade de recurso às Entidades de Resolução Alternativa de Litígios, sempre que esteja em causa uma situação de contratação realizada exclusivamente on-line (via Internet), os litígios de consumo daí decorrentes podem ser resolvidos através da Plataforma Europeia de Resolução de Litígios em Linha, disponível em: <https://webgate.ec.europa.eu/odr/main/index.cfm?event=main.home.show&lng=PT>

Esta Plataforma dirige-se aos consumidores que contratem exclusivamente on-line (via Internet) e destina-se a ajudá-los a resolver litígios sem ter de recorrer aos tribunais. É gerida pela Comissão Europeia e é de utilização gratuita.